



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO N.º 3, DE 2015, PARA INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; A IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA

REQUERIMENTO N.º , DE 2015

Do Senhor Otavio Leite

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisitar ao Tribunal de Contas da União – TCU seja realizada auditoria em face do Balanço Financeiro 2014 da Petrobras.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisitar ao Tribunal de Contas da União – TCU seja realizada



CÂMARA DOS DEPUTADOS

auditoria em face do Balanço Financeiro 2014 da Petrobras, apresentado em 22 de abril de 2015.

O **objeto** específico de tal providência diz respeito à **discrepância** apontada entre os **números** relativos ao **prejuízo previsto** para o balanço trazidos pela Ex-presidente Maria das **Graças Foster** (na ordem de **88 bilhões de reais** de prejuízos), - conforme declarado em depoimento, no dia 26 de março, em reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, - em contra ponto aos **21,6 bilhões de reais apresentados oficialmente**.

Ademais, é preciso conferir os **6,2 bilhões de reais** anunciados como “baixa decorrente de pagamentos indevidos – Operação Lava Jato/PF”, isto é, a decisão em si (**legalidade e razoabilidade**) de a companhia ter aplicado uma **alíquota de 3%** sobre o total dos contratos existentes com empresas investigadas na operação aludida.

Ainda se nos parece imperioso, **auditar os valores fixados** para os **principais ajustes no ativo imobilizado** (44,6 bilhões de reais), sobretudo, no que concerne a postergação de projetos/ativos de refino.

JUSTIFICATIVA

De acordo com o que foi amplamente noticiado pela imprensa brasileira e confirmado pela ex-presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, no depoimento que prestou à Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, na data de 26 de março de 2015, as contas submetidas ao Conselho de Administração da estatal que apontavam a necessidade de uma baixa contábil da ordem de US\$ 88,6 bilhões, foram apresentadas à estatal pelas companhias Deloitte e PNB Paribas.

Os cálculos teriam utilizado metodologia que considera a expectativa de receita e de retorno futuro dos investimentos realizados, considerado o custo do capital investido, bem como as



CÂMARA DOS DEPUTADOS

informações reveladas pela Operação Lava Jato, notadamente a que diz respeito ao superfaturamento da ordem de 3%, em média, nos contratos celebrados entre a Petrobras e seus principais fornecedores.

Em razão de supostas inconsistências metodológicas, os dados apresentados pela Deloitte e pelo BNP Paribas não foram incorporados ao balanço da Petrobras, relacionado aos resultados do terceiro trimestre de 2014. A íntegra dos relatórios apresentados, por esta razão, não chegou ao conhecimento público.

Entretanto, conforme divulgou o jornal *Folha de São Paulo*, as contas que a Petrobras desprezou haviam descoberto que a Refinaria Abreu e Lima, que recebeu um investimento de US\$ 18,5 bilhões, foi avaliada apenas US\$ 7 bilhões. O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, a seu turno, deveria ter seu valor reduzido a zero, ou seja, “nada do que foi investido até agora neste projeto [orçado em US\$ 13,5 bilhões], teria retorno”.

Na data de 22 de abril de 2015, a Petrobras finalmente divulgou o balanço financeiro do ano anterior, incluído o do terceiro trimestre, devidamente auditado pela companhia PricewaterhouseCoopers (PwC), responsável pela auditoria externa da estatal.

O balanço demonstrou que a companhia teve um prejuízo de R\$ 21,6 bilhões no ano de 2014, frente a um lucro de R\$ 23,4 bilhões em 2013.

A principal causa dessas perdas foi a reavaliação do valor dos ativos da companhia em R\$ 44,3 bilhões, atribuída a problemas de planejamento, adiamento de projetos e à queda do preço do petróleo.

Além disso, foi realizada uma baixa contábil de R\$ 6,2 bilhões, relacionada às perdas decorrentes da atuação do esquema de corrupção revelado pela Operação Lava Jato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segundo foi noticiado pela imprensa, tais perdas foram calculadas com base na fala de réus como Paulo Roberto Costa, condenado a sete anos e seis meses de reclusão, numa das ações penais instauradas com base nas investigações, pelos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Eis o teor de uma dessas notícias:

“Petrobras calculou perda a partir de falas de réus

LUCAS VETTORAZZO - DO RIO

DIOGO BERCITO - DE MADRI

24/04/2015 02h00

A Petrobras utilizou depoimentos da Operação Lava Jato para chegar ao valor de R\$ 6,2 bilhões referentes a corrupção publicados nesta quarta (22) em seu balanço.

A empresa informou que pretende acionar na Justiça as empresas acusadas de cartel por danos morais e materiais.

Sem ter como determinar em que contratos ocorreram desvios e de quanto eles teriam sido, a Petrobras considerou que houve superfaturamento de 3% em todos os contratos e aditivos firmados com as 27 empresas envolvidas na operação, no período de 2004 a abril de 2012, no valor total de R\$ 199,6 bilhões.

A estatal diz no balanço que, do total que teria sido desviado, R\$ 3,4 bilhões teriam saído da área de Abastecimento, que foi chefiada por Paulo Roberto Costa, e é responsável pelas obras das refinarias do Comperj (RJ) e Abreu e Lima (PE).

A área de Exploração e Produção, a principal da companhia, teria sido a segunda que mais gerou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

propina, de R\$ 1,9 bilhão, seguida pela de Gás e Energia (R\$ 652 milhões).

NÃO PEGOU BEM

Questionado sobre as notícias de corrupção e a demonstração financeira da estatal, o vice-presidente Michel Temer (PMDB) disse que "pegar bem, não pegou".

Temer falava ao público em um evento em Madri, na Espanha. Ele disse que "ninguém aplaudiu" os fatos relacionados à Petrobras e elogiou a transparência da demonstração financeira.

O lançamento de perdas e a reavaliação de ativos fez com que a Petrobras registrasse, em 2014, prejuízo de R\$ 21,6 bilhões."

Ante o exposto, conclamamos os nobres Pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 2015.

Deputado OTAVIO LEITE
PSDB/RJ